

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO



20
21



ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE	7	4.5 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica.....	26
1 CONJUNTURA ECONÔMICA.....	8	4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras.....	27
1.1 Tarifas de Energia.....	8	4.7 Iluminação Pública.....	27
1.2 Investimento Remunerável	8	4.8 Plantão 24 horas.....	27
2 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	9	4.9 Análise de Projetos Elétricos.....	27
2.1 Distribuição de energia elétrica.....	9	4.10 Balanço Energético – Janeiro 2021 a Dezembro de 2021	27
2.2 Ligações de Consumidores.....	9	4.11 Conclusão.....	28
2.3 Distribuição direta por classe de consumo	1	5 Planejamentos de Atividades – 2021	28
0		5.1 Suprimento de Energia	29
2.4 Receita	11	5.1.1 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	29
2.5 Tarifas	13	5.2 Redes de Distribuição de Energia Elétrica de Alta Tensão.....	29
2.6 Qualidade do fornecimento.....	13	5.3 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.....	29
2.7 Tecnologia da informação.....	14	5.4 Aquisição de Equipamentos	30
2.8 Novos negócios.....	14	6 AUDITORES INDEPENDENTES.....	31
2.9 Desempenho econômico-financeiro.....	14	7 AGRADECIMENTOS	32
2.10 Investimentos	15	Balanço Patrimonial - Ativo.....	33
2.11 Valor adicionado.....	15	Balanço Patrimonial - Passivo.....	34
2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras	16	Demonstração do Resultado.....	35
2.13 Composição das quotas do capital social	16	Demonstração do Resultado.....	36
2.14 Comportamento do preço das quotas... 16		Demonstração do Resultado Abrangente.....	37
2.15 Atendimento aos associados e consumidores.....	17	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	38
3 GESTÃO	18	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	39
3.1 Planejamento Empresarial.....	18	Demonstração do Valor Adicionado DVA.....	40
3.2 Recursos Humanos.....	18	Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020	42
3.3 Responsabilidade Social.....	19	1 CONTEXTO OPERACIONAL	42
3.4 Responsabilidade Ambiental.....	19	2 DA CONCESSÃO.....	42
3.5 Concessionária em números	19	3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	42
3.5.1 Atendimento	19	4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	43
3.5.2 Mercado	19	5 DISPONIBILIDADES	54
3.5.3 Dados Operacionais	20	5.1 Numerário em Trânsito	54
3.5.4 Dados Financeiros	20	6) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO....	54
3.5.5 Indicadores de Desempenho	21		
3.6 Área de concessão.....	22		
4 DESEMPENHOS COMERCIAIS	23		
4.1 Construções de Redes.....	23		
4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores.....	25		
4.3 Subestação Rincão	26		
4.4 Loteamentos Melhorias.....	26		

7) CONSUMIDORES	55	35) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73
8) RENDAS A RECEBER	56	35.1 <i>Capital social</i>	73
9) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR.....	57	35.2 <i>Reservas de capital</i>	73
10) OUTROS CRÉDITOS	57	35.3 <i>Ajuste de avaliação patrimonial</i>	73
11) DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES.....	58	35.4 <i>Reserva de sobras</i>	74
12) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	59	36) RECEITA OPERACIONAL	75
13) ESTOQUE.....	60	36.1 <i>Fornecimento energia elétrica</i>	75
14) SERVIÇOS EM CURSO	60	36.2 <i>Uso do sistema de distribuição</i>	76
15) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	60	36.3 <i>Fornecimento não Faturado</i>	76
16) ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	60	36.4 <i>Fornecimento – Diferimento ou Devolução</i>	76
17) TRIBUTOS DIFERIDOS	60	36.5 <i>Fornecimento – Demais Ativos e Passivos</i>	77
18) DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	61	36.6 <i>Consumidores Livres</i>	77
19) INVESTIMENTOS.....	61	36.7 <i>Doações, contribuições e subvenções</i> .	77
20) IMOBILIZADO	62	36.8 <i>Serviço e outras receitas</i>	77
21) FORNECEDORES.....	64	37) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.....	78
22) FOLHA DE PAGAMENTO	64	37.1 <i>Impostos</i>	78
23) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.	65	37.2 <i>Encargos do Consumidor</i>	78
24) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	65	37.3 <i>Receitas de Ultrapassagens</i>	78
25) CREDORES DIVERSOS	67	38) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA .	79
26) PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS.....	67	39) ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.....	79
27) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	68	40) DESPESAS OPERACIONAIS.....	79
28) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER.....	68	41) RESULTADO FINANCEIRO	80
29) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	68	42) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	81
30) OUTRAS CONTAS A PAGAR	69	43) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	82
31) CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO	69	44) PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	82
32) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	69	45) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	82
33) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	71	46) SEGUROS.....	83
34) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS.....	72	47) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	83
		48) EVENTOS SUBSEQUENTES	83

CARTA DO PRESIDENTE

Aos associados,

Em cumprimento às disposições legais, estatutárias e contratuais, submetemos a sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da cooperativa Aliança – Cooperaliança. Esse documento foi elaborado conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Demonstração do Fluxo de Caixa e, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Balanço Patrimonial Regulatório.

A apresentação e dados contidos nesse relatório quer trazer uma divulgação transparente aos nossos associados, consumidores, parceiros, órgãos de regulação e toda sociedade em geral. Além disso, o presente documento tem por obrigação direcionar as ações realizadas daqui em diante, visando aumentar ainda mais os resultados e proporcionar a melhoria na qualidade do serviço da cooperativa em todas as esferas.

Como parte do cumprimento da legalidade e sob supervisão da Aneel, divulgamos a Demonstração de Resultado e Notas Explicativas, às quais poderão ser analisadas posteriormente.

O ano de 2021 trouxe resultados positivos para a Cooperaliança, graças ao esforço da diretoria, colaboradores, parceiros e associados, grandes projetos foram finalizados. Começamos um novo ano renovados e prontos para fazer mais nessa gestão.



Reginaldo de Jesus
Presidente

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o reajuste tarifário anual, de 2021. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 10,24% positivo sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 29 de agosto de 2021 a 28 de agosto de 2022. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 2.922, de 24 de agosto de 2021, e nota técnica nº 188/2021 – SGT/ANEEL.

1.2 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possua fins lucrativos.

Capítulo II

Das Sociedades Cooperativas.

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

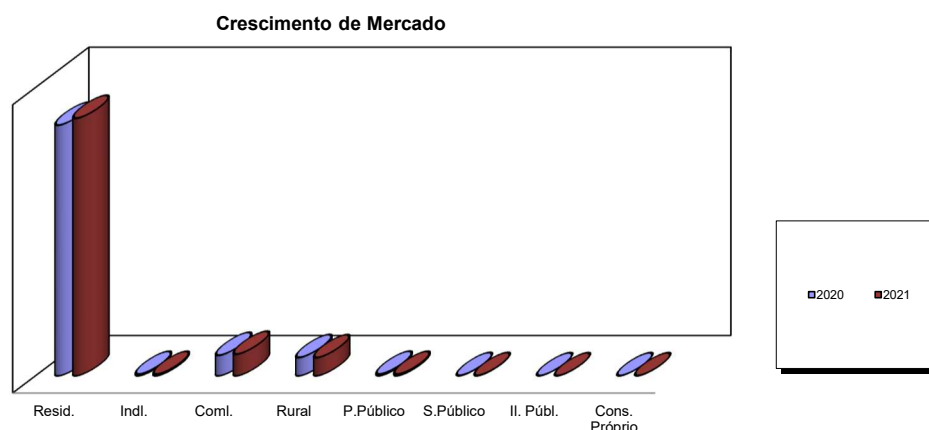
A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 295 municípios do Estado, atendendo 41.652 consumidores cativos e 08 consumidores parcialmente livre instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

Em 2021, a Cooperaliança registrou um crescimento de 2,67% em seu número de consumidores e um aumento na distribuição de energia elétrica em MWH de 9,10%.

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 2,67% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2021	2020	%
Residencial	35.728	34.770	2,76
Industrial	187	190	(1,58)
Industrial (Parcialmente livre)	07	06	16,67
Comercial	2.989	2.828	5,69
Comercial (Parcialmente livre)	01	01	-
Rural	2.508	2.526	(0,71)
Poder Público	197	214	(9,35)
Iluminação Pública	04	04	-
Serviço Público	34	34	-
Consumo Próprio	05	05	-
TOTAL	41.660	40.578	2,67



2.3 Distribuição direta por classe de consumo

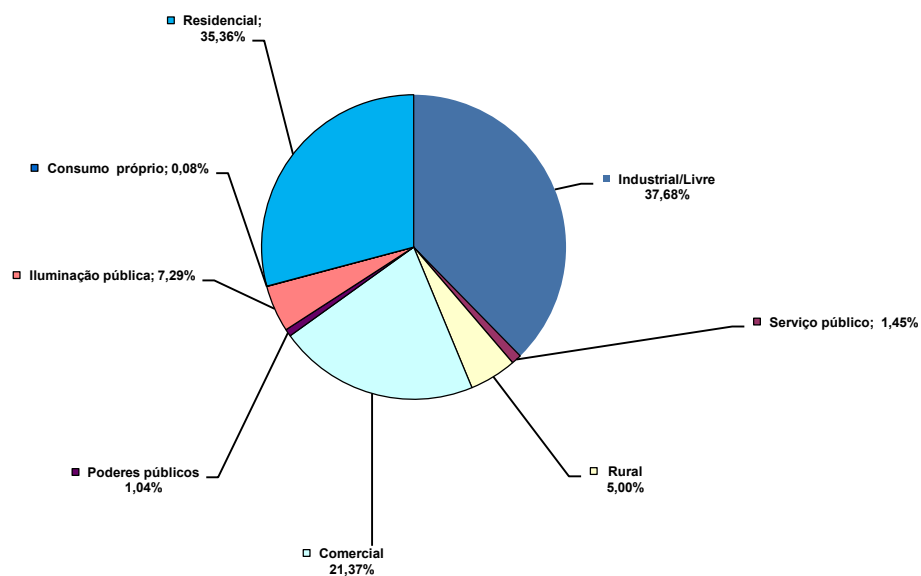
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2021 foi de 200.115MWH e no mercado livre 44.365MWH registrando um aumento no mercado da concessionária de 9,10% em relação a 2020.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram as classes Industrial Consumidores Livres, Poderes Públicos e Comercial.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2021	2020	%
Residencial	71.229	68.388	4,15
Industrial	50.538	56.810	(11,40)
Consumidores Livres	41.593	27.080	53,59
Comercial	49.465	41.237	19,95
Comercial Livres	2.772	2.553	8,58
Rural	12.222	11.841	3,22
Poderes Públicos	1.794	1.409	27,32
Serviços Públicos	2.602	2.716	(4,20)
Iluminação Pública	12.149	11.931	1,83
Consumo Próprio	116	130	(10,77)
TOTAL	244.480	224.095	9,10

CONSUMO POR CLASSE



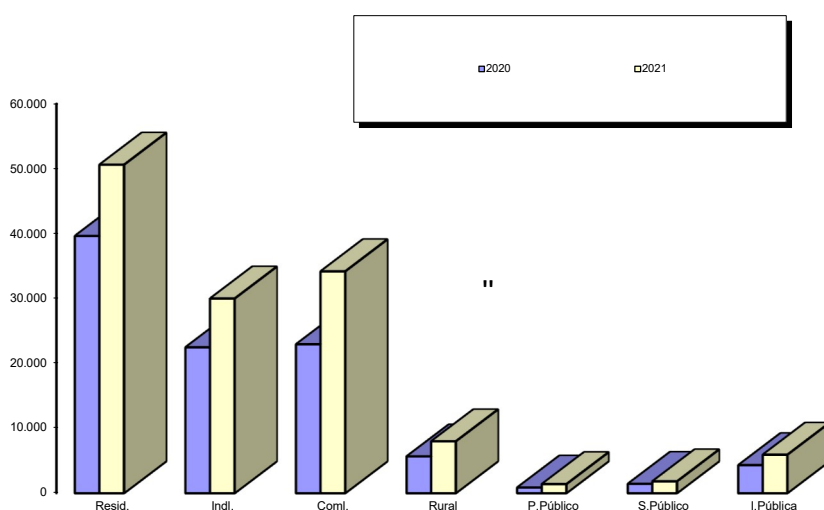
2.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 90.847 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2021	2020	%
Residencial	50.610	39.656	27,62
Industrial	30.024	22.507	33,40
Comercial	34.214	22.973	48,93

Rural	8.006	5.680	40,95
Poderes Públicos	1.402	877	59,86
Iluminação Pública	5.935	4.324	37,26
Serviço Público	1.826	1.444	26,45
Consumidores Livres	19.432	16.986	14,40
Fornecimento – Diferimento ou Devolução	(14.390)	(1.138)	1.164,49
Renda não faturada	1.195	335	256,71
Serviços	355	210	69,05
Doações, Contribuições e Subvenções	4.861	4.556	6,69
Fornecimento – Demais Ativos e Passivos	(144)	122	(218,03)
Subtotal	143.326	118.532	20,92
ICMS	(36.331)	(27.145)	33,84
PIS/COFINS	(972)	(760)	27,89
ISSQN	(7)	(27)	74,07
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(14.399)	(13.521)	6,49
Ultrapassagem de demanda e reativos	(770)	(924)	16,66
Subtotal	(52.479)	(42.377)	23,83
TOTAL	90.847	76.155	19,29

Receita Líquida



2.5 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2021, foi de R\$ 671,08 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2021	2020
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	708,89	579,31
Industrial	631,11	529,38
Comercial	731,60	599,44
Rural	651,56	478,57
Poder Público	781,57	621,82
Serviço Público	699,21	531,48
Iluminação Pública	488,51	362,39
Consumo Próprio	771,02	635,29
MÉDIA	671,08	542,21

2.6 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Município	DEC horas	DEC horas	FEC interrupções	FEC interrupções	Tempo de espera horas	Tempo de espera horas
Içara	4,40	4,08	4,13	4,08	1,26	1,46

2.7 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Visando sempre a melhoria de suas tecnologias de informação a Cooperaliança investiu no ano de **2021 R\$ 35 mil** em novos equipamentos de informática.

2.8 Novos negócios

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

Neste sentido, a distribuidora realizou leilão para aquisição de energia no mercado livre em 17 de julho de 2020, na qual se sagrou vencedora a empresa Copel Mercado Livre com início do fornecimento em 01 de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2038. Essa aquisição de energia elétrica foi realizada com objetivo de reduzir o custo na compra e consequentemente manter uma tarifa justa e competitiva para os consumidores da Aliança.

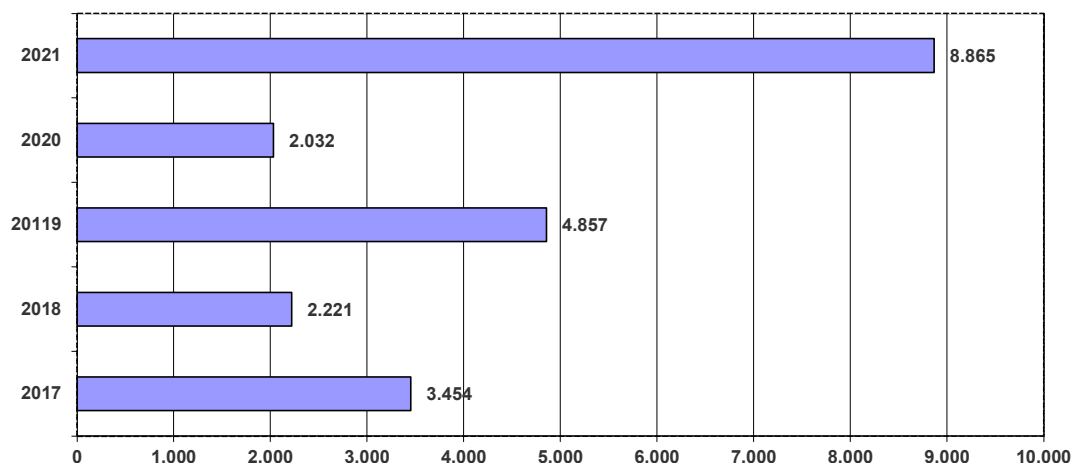
2.9 Desempenho econômico-financeiro

Em 2021, as sobras do exercício foram de R\$ 8.865 mil, contra R\$ 2.032 mil de 2020 o que representou uma redução de 336,26%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2021, R\$ 90.847 mil, enquanto em 2020 o resultado foi de R\$ 76.155 mil, representando um aumento de 19,29%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2021 foi de 93.025 mil contra 84.731 mil em 2020 representando um aumento de 9,79%.

As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:



2.10 Investimentos

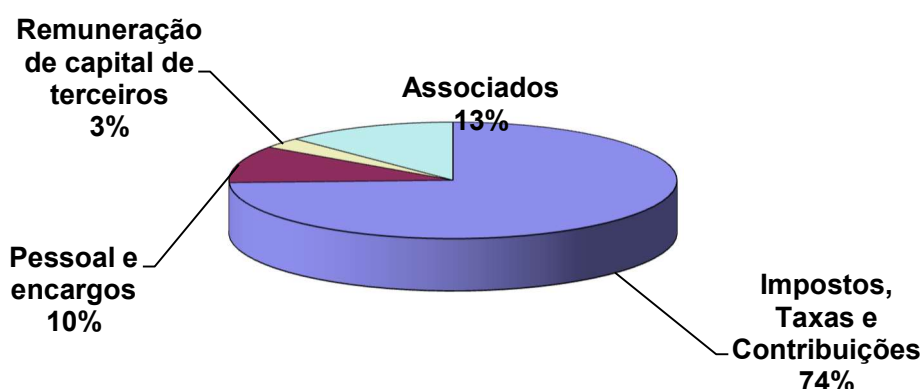
Em 2021, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 12.633mil, 101,77% maiores em relação a 2020, conforme segue:

Investimentos - R\$ mil			
	2021	2020	%
Obras de Distribuição	8.179	5.999	36,33
Subestação 69Kv	4.031	-	100
Instalações Gerais	44	48	(8,33)
Veículos	376	198	89,90
Intangível	3	16	(81,25)
TOTAL	12.633	6.261	101,77

2.11 Valor adicionado

Em 2021, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 71.243mil, representando 49,71% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO



2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.13 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da concessionária era de R\$1.891 milhões, composto por 1.891.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2020	43.800	1.737
Total de associados em Dez/2021	46.741	1.891

2.14 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2013.

Capítulo VII

Do Capital Social.

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo,

variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

2.15 Atendimento aos associados e consumidores

Os associados e consumidores da Cooperaliança possuem vários canais de atendimento, e conforme sua necessidade, nem é preciso sair de casa. Além dos três postos de atendimento presencial, há também um tele atendimento 24 horas, uma ouvidoria por telefone gratuito, e uma agência virtual. Acompanhe abaixo os locais, horários disponíveis, e a forma de contato com a Cooperaliança.

Atendimento Comercial: O consumidor da Cooperaliança que necessitar de atendimento pode procurar a sede da empresa, Rua Ipiranga, 333 – Centro de Içara – SC, pois neste local o atendimento comercial/presencial permanece em funcionamento durante os seguintes horários: das 7h45min às 18 horas.

Há postos de atendimentos comerciais também no Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal – 148, Zona Norte. O atendimento é das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas. Em Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SNº, Olho D'água, com atendimento no período vespertino, das 13h30min às 17h30min.

O tele atendimento da Cooperaliança funciona 24 horas (através do 0800 48 4040), em horário comercial são realizados atendimentos emergenciais, problemas com faturas de energia, serviços comerciais, dúvidas, sugestões, reclamações, solicitações de serviços. Para as mesmas funções, a Cooperaliança disponibiliza também o atendimento via whatsapp no número 3461-3200. Em horário de Plantão, apenas atendimentos relacionados à interrupção de energia, solicitações de serviços emergenciais: fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual. Para acessar, o consumidor deve entrar no site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, digitando os dados da fatura de energia elétrica, o consumidor pode navegar pelo espaço virtual. Através dele, podendo acompanhar seu histórico de consumo, consultar faturas em aberto, retirar 2º via de fatura, solicitar serviços, tirar dúvidas, e fazer reclamações.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, atendimento em horário comercial.

3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimento das necessidades dos consumidores/Associados.

3.2 Recursos Humanos

Em 2021 a concessionária investiu R\$ 42 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução

nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional, e comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2021	2020	%
Número de consumidores	41.660	40.578	2,66
Número de empregados	110	101	8,91
Número de consumidores por empregado	379	402	(5,72)
Número de postos de atendimento	04	04	-

3.5.2 Mercado

	2021	2020	%
Área de concessão (Km ²)	366	366	-

Demanda máxima (MW)	58,00	54,00	7,41
Distribuição direta (MWH)	244,480	224,095	9,09
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1.994	1.967	1,37
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	671,08	542,21	23,77
Residencial	708,89	579,31	22,37
Industrial	631,11	529,38	19,22
Comercial	731,60	599,44	22,05
Rural	651,56	478,57	36,14
Poder Público	781,57	621,82	25,69
Serviços Públicos	699,21	531,48	31,56
Iluminação Pública	488,51	362,39	34,80
Consumo próprio	771,02	635,29	21,36
DEC (horas) – Conjunto – Içara	4,40	4,08	7,84
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	4,13	4,08	1,22

3.5.3 Dados Operacionais

	2021	2020	%
Número de subestações	01	01	-
Linhas de distribuição AT/BT (km)	1.490	1.462	1,91
Linha de Distribuição em 69 KV (Km)	8,37	8,37	-
Capacidade instalada (MVA)	171,3	146,4	17,00

3.5.4 Dados Financeiros

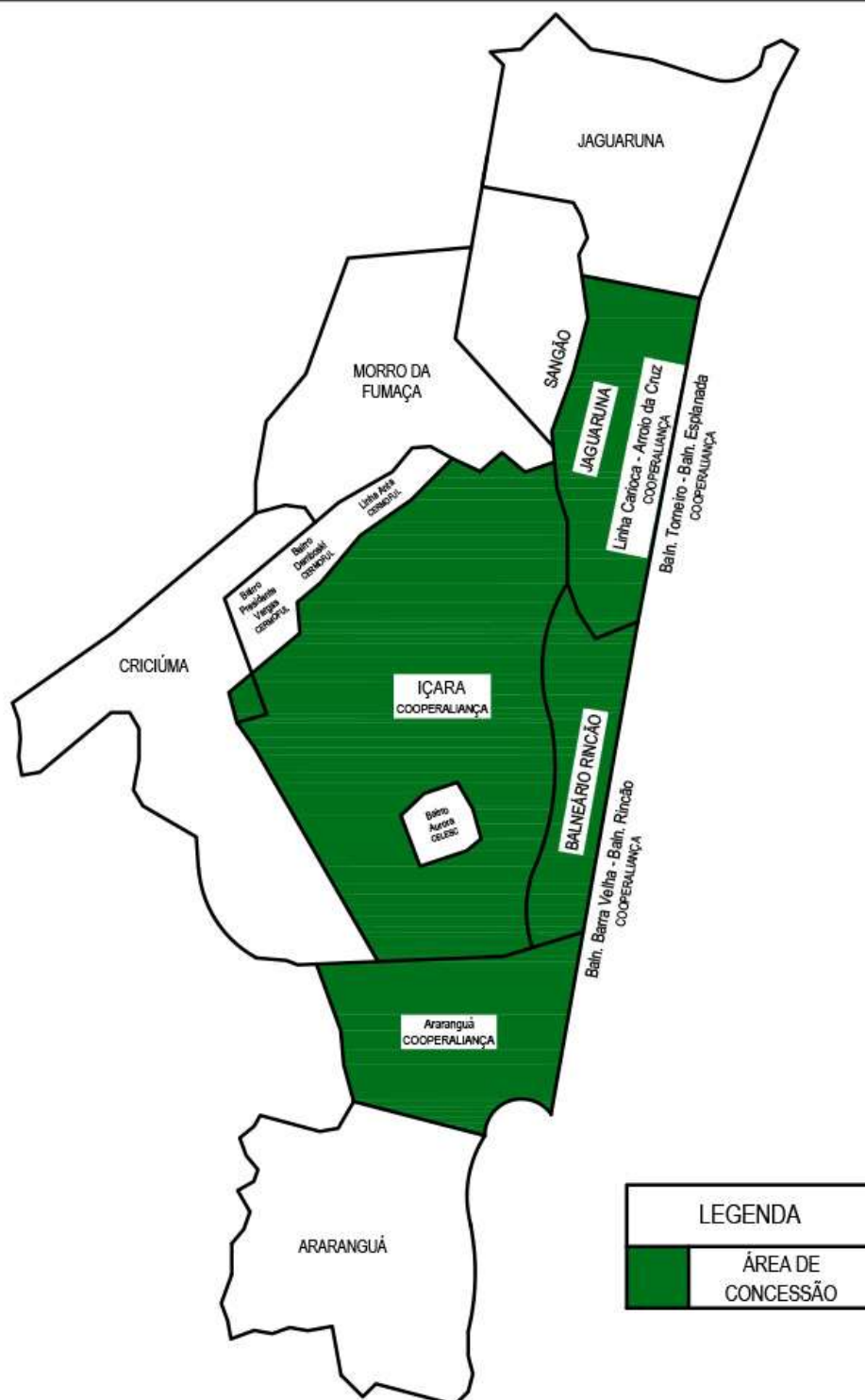
	2021	2020	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	143.326	118.532	20,91
Receita operacional líquida (R\$ mil)	90.847	76.155	19,29
Margem operacional do serviço líquida (%)	63,38	64,25	(1,35)
Sobras líquidas (R\$ mil)	8.865	2.032	336,27

Patrimônio líquido (R\$ mil)	51.366	44.023	16,68
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1,091	1,090	0,09
Em moeda nacional (%)	100	100	-

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2021	2020	%
Salário médio dos funcionários em R\$	4.541	4.390	3,44
Energia comprada por funcionário em MWH	2.223	2.219	0,18
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,87	5,52	6,34

3.6 Área de concessão



4 DESEMPENHOS COMERCIAIS

4.1 Construções de Redes

Tabela de redes de distribuição de energia elétrica por municípios, extensão em metros.

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Poço 03	120	-	291	290
Vila São Pedro	-	-	470	180
Linha Esperança	1.313	1.200	535	90
Rio Acima	37	400	-	-
Cristo Rei	80	100	200	60
Poço 08	-	-	-	90
Rio dos Anjos	-	-	80	80
Jaqueline	100	1.470	640	520
Lombas Pedreiras	1.210	-	320	780
Marili	-	-	50	-
Santa Cruz	65	22	280	-
Boa Vista	906	6.100	1.625	360
Sanga Funda	-	400	100	180
Capri	-	-	40	-
Liri	92	250	1.440	-
Raichask	-	-	60	-
Espigão	100	-	77	-
Rio dos Anjos	-	450	90	90
Linha Três Ribeirões	1.130	1.010	420	120
Coqueiros	455	40	213	280
3ª Linha	170	-	210	360
2ª Linha	1.420	717	880	690
1ª Linha	1.829	1125	270	270
Vila São José	-	-	360	280
Barracão	80	280	160	-
Vila Nova	320	1.850	320	320
Jardim Silvana	-	40	60	60
Jardim Elizabeti	-	90	403	100
Canal do Norte	140	-	-	-
Centro	95	-	735	280
Esplanada	630	1.990	310	310
São Rafael	230	-	-	240
Urussanga Velha	80	-	170	
Primeiro de Maio	-	90	440	120
Ponta do Mato	140	240	908	150
Campo Mãe Luzia	-	-	80	80

Corda Bamba	-	-	-	330
Terra Firme	200	-	-	200
Linha Zilli	320	-	-	-
N.S. de Fatima	-	-	180	210
Rio dos Porcos Sul	30	1.500	340	400
Rio dos Porcos Norte	655	110	230	-
Vila Alvorada	645	-	-	-
Linha Pasqualine	180	-	90	585
Tereza Cristina	-	-	60	30
Aurora	-	330	-	-
Total em metros	12.772	20.002	13.821	8.225

Município de Rincão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneário Rincão	826	4.850	4.260	1.640
Vila Suíça	180	-	1.040	-
Pedreiras	575	795	610	255
Lagos Mãe Luzia	-	-	56	-
Lagoa dos Faxinal	-	40	100	100
Lagoa dos Freitas	-	-	160	80
Lagoa dos Esteves	875	1.020	530	370
Total em metros	2.456	6.705	6.756	2.445

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneária Esplanada	360	-	1500	-
Balneário Torneiro	452	-	360	380
Linha Carioca	360	700	-	-
Arroio da Cruz	100	-	209	-
Total em metros	1.272	700	2.069	380

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição de energia elétrica de 27,4 km de Alta Tensão e 16,5 km de Baixa Tensão.

As melhorias no sistema de distribuição totalizaram 11,05 km de Alta Tensão e 22,64 km de Baixa Tensão.

4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Centro	6-112,5	3-45 p/ 3-75
Jardim Elizabete	3-112,5	3-75 p 3-112,5 / 3-75 p/ 3-112,5
Boa Vista	3-112,5 / 3-30	-
Santa Cruz	3-30	-
Cristo Rei	3-75 / 3-225	-
Ponta do mato	3-45 / 3-30	3-45 p/ 3-75
Linha Esperança	1-10	
3ª Linha	3-75	-
2ª Linha	3-45 / 3-45	-
Jaqueline	3-75 / 3-45	-
Linha três Ribeirões	3-45 / 3-30	-
Poço 03	6-45	-
Vila Nova	3-45 / 3-30	
Primeiro de Maio	6-75	3-45 p/ 3-75
Coqueiros	3-45 / 112,5 / 1-15	3-45 p/ 3-75
Tereza Cristina	3-45	-
Raichaski	-	3-45 p/ 3-75
Esplanada	1-15	
Barracão	6-75 / 3-300	-
Vila São Pedro	3-30	-
Rio dos Porcos Sul	3-45 / 3-112,5	1-10 p / 1-15
Rio dos Porcos Norte	6-112,5 / 3-45 / 3-300	-
Jardim Silvana	3-45 / 3-45	-
Liri	3-75 / 6-112,5	-
Total - Potência	45 transformadores– 3.527,5 kva	08 transformadores– 230 kva

Município de Bal. Rincão		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados
Balneário Rincão	6-75 / 3-112,5 / 1-15	-
Lagoa do Faxinal	1-15 / 3-75	-
Lagoa dos Esteves	3-45 / 3-30	
Pedreiras	2-112,5 / 6-45	-
Vila Suíça	9-75	3-75 p/ 3-112,5
Total - Potência	14 transformadores – 870kva	01 transformadores– 37,5kva

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados (KVA)
Balneário Esplanada	-	3-30 p/ 3-75
Linha Carioca	3-45 / 3-30	3-15 p/ 3-45
Total - Potência	2 transformadores -75kva	02 transformador – 75kva

No período foram instalados 61 novos transformadores e ampliados outros 11 totalizando 72 transformadores, aumentando a carga instalada do sistema em 4,81 MVA.

4.3 Subestação Rincão

A Subestação Rincão teve demanda máxima de 30 MW no período do verão com as entradas das cargas dos veranistas.

Também foi realizado divisão de cargas nos alimentadores para ajustar as demandas, com obras de interligações dos alimentadores para facilitar a transferência de cargas entre os mesmos, na recomposição em caso de quedas dos sistemas de distribuição de energia elétrica.

4.4 Loteamentos Melhorias

Obras de melhoria nos loteamentos com padronizações de condutores e divisão de cargas dos circuitos de distribuição de energia elétrica.

Verificações de carregamentos dos transformadores com instalações de equipamentos de qualidade de energia junto aos transformadores para verificar os níveis de tensão e cargas dos mesmos.

4.5 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é constituído de 13 alimentadores sendo que 08 oriundos da Subestação Rincão e o demais da Subestação Celesc.

Realizamos obras de interligações entres os alimentadores para divisão de cargas e transferência entre os circuitos, facilitando o Centro Operacional de Distribuição.

Essas obras melhorou os índices de qualidade e continuidade, evitando os desligamentos de energia.

Também foi feita transferência de cargas para Subestação Rincão, ajustando os contratos de Demanda.

O sistema de faturamento de energia dos consumidores industriais e os principais consumidores comerciais foram todos automatizados com sistema de tele medições.

4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras

Realizamos 8.117 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas comerciais no sistema de distribuição

4.7 Iluminação Pública

A Cooperaliança não realiza mais os serviços de iluminação pública, ficando sobre responsabilidade das prefeituras municipais.

4.8 Plantão 24 horas

A Central de Operação e Distribuição "COD" atendeu a 5.129 chamadas de diversas localidades, com falta de energia elétrica.

4.9 Análise de Projetos Elétricos.

Neste período foram analisados 274 projetos sendo, 249 residenciais, 12 comerciais, 02 indústrias e 11 loteamentos.

Orientamos os consumidores com relações as normas e procedimentos de segurança nas instalações elétricas conforme norma NR-10.

4.10 Balanço Energético – Janeiro 2021 a Dezembro de 2021

Durante o período a Cooperaliança adquiriu da supridora Celesc um total de 261,6 Gwh/ano e distribuiu 244,4 Gwh/ano, totalizando 17,1 Gwh/ano de perdas anuais representando 7,1%.

4.11 Conclusão

A ampliação da Subestação Rincão aumentou a confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica, com a energização do novo alimentador realizamos as divisões de cargas entre os novos circuitos, proporcionando uma maior agilidade na recomposição do sistema de distribuição e transferência de cargas.

Também foram realizadas obras no sistema de distribuição de baixa tensão com divisão de circuitos e ampliação de cargas.

5 Planejamentos de Atividades – 2021

Buscamos novas tecnologia e inovações para o sistema de distribuição de energia com qualidade e confiabilidade, para atender melhor nossos associados e consumidores.

Onde podemos destacar os seguintes itens:

5.1 Suprimento de Energia

A Cooperalliança adquiriu energia através de leilão para compra no mercado livre e recebe toda energia do sistema de distribuição da Celesc.

5.1.1 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema distribuição de energia elétrica é composto por treze alimentadores formando uma malha de 1.499 km de extensão divididos em 1.695 circuitos.

Crescimento do consumo de energia elétrica tem aumentado nos últimos anos, provocando o carregamento dos alimentadores, por isso estamos substituindo os condutores de alta tensão para aumentar a capacidade de carga.

Nos circuitos de redes de distribuição de baixa tensão realizamos padronizações com trocas de cabos para multiplexados aumentando a segurança nos sistemas.

5.2 Redes de Distribuição de Energia Elétrica de Alta Tensão

Buscamos novas tecnologias e inovações no sistema de distribuição de energia elétrica, com novos equipamentos de proteção e melhorando o sistema de isolamento elétrico das redes alta tensão.

- As obras abaixo fazem parte da modernização do sistema de distribuição.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	SE Rincão	Alimentadores RAO 06 interligação das redes	450	Ampliação de cargas
2	Subestações	Interligações de Novos Empreendimentos	300	Ampliação de cargas
3	SE Içara	Alimentadores da Subestação Içara interligações	450	Ampliação de cargas
	Total		1.200	

5.3 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão

Obras que fazem parte das ampliações do sistema de distribuição de energia elétrica necessárias para atendimentos dos novos consumidores e ampliações de disponibilidades de cargas.

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	SE'S	Divisão de circuitos elétricos -redes baixa tensão	500	Instalações de novos transformadores.
2	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	1.150	Manutenções corretivas e preventivas.
3		Ampliação recondutoramento	1.100	Ampliação e recondutoramento
4	SE'S	Melhorias do sistema elétrico de distribuição	800	Manutenção preventiva e recondutoramento
5	SE'S	Sistema de medição e equipamentos	720	Novos consumidores
	Total		4.270	

5.4 Aquisição de Equipamentos

Equipamentos necessários para ligações de novos consumidores e ampliação de cargas no sistema de distribuição de energia elétrica.

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
50	Transformadores	750	Atender ao aumento de carga.
1.500	Medidores de Energia	380	Atender ao crescimento de mercado
06	Banco Regulador de Tensão	600	Melhoria Alta Tensão
Total		1.730	

Total dos investimentos: R\$ 7.200.000,00 (Sete milhões oitocentos e Duzentos mil reais)

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Eyng Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2021.

7 AGRADecIMENTOS

A Cooperaliança encerra mais um ano cheio de realizações em prol de seus associados e consumidores. E isso acontece graças a uma equipe técnica e comprometida, que trabalha todos os dias para que a Aliança caminhe ao lado da comunidade. Chegou o momento de agradecer esses que formam nossa empresa, nossos colaboradores, nosso vice-presidente Paulo Rodrigues da Silva, o secretário Anselmo Freitas e os conselheiros Cleber Luiz de O. da Silva, Fernando Germano Selinger, Henrique Guglielmi, Quintino Rizzieri Pavei e Samuel Goulart Baldissera.

Além disso, estendo os meus agradecimentos a todo Conselho Fiscal, que exerce com aptidão a função que lhes foi confiada e os Delegados junto à Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina (Fecoerusc).

Reforçando nosso compromisso com o associado, finalizamos a obra de ampliação da Subestação Rincão, colocando em operação um novo transformador, que aumentou a carga de 26MVA para 52MVA.

Concluimos também nosso processo de aquisição de energia da Copel comercializadora S.A de Curitiba, Paraná, que garantiu o menor preço no leilão de energia realizado no ano passado. Evento que nos trouxe destaque, fomos a primeira concessionária cooperativa de energia elétrica de Santa Catarina a promover um processo de licitação pública (leilão) para compra de energia. Após 58 anos sendo suprida pela Celesc, a partir do dia 1º de janeiro de 2022 A Cooperaliança passa a adquirir energia da Copel.

Outro marco de 2021, foi a construção de quatro quadras esportivas na Associação de Funcionários da cooperativa, que agora fica aberta ao público para prática de beach tennis, vôlei e futevôlei.

Nesse ano que passou foram investidos R\$ 12.633 milhões para melhorar a vida dos nossos consumidores dos quatro municípios de abrangência: Içara, Balneário Rincão, Parte de Jaguaruna e Araranguá.

Findo os agradecimentos registrando a presteza da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) à está distribuidora e responsável pela regulação do nosso trabalho.

Reginaldo de Jesus
Presidente





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2021	2020
ATIVO	Nota		
Circulante		38.503	28.931
Numerário disponível	5	870	2.471
Aplicações no mercado aberto	6	3.910	927
Numerário em trânsito	5.1	224	174
Consumidores	7	28.517	23.663
Rendas a receber	8	397	514
Tributos a compensar	9	477	661
Outros créditos	10	1.681	1.700
Subsídios tarifários e redução tarifária	11	1.875	321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(5.049)	(5.172)
Estoque	13	336	728
Serviços em curso	14	1.834	1.511
Despesas pagas antecipadamente	15	25	10
Ativos Financeiros Setoriais	16	3.406	1.423
Não Circulante		68.930	63.095
Realizável a longo prazo		5.883	3.872
Tributos a compensar	9	334	301
Consumidores	7	1.406	1.406
Tributos Diferidos	17	342	342
Outros créditos	10	273	167
Ativo indenizável (concessão)	19	3.454	1.577
Depósitos judiciais	18	74	79
Investimentos	19	2.153	2.152
Intangível	20	60.894	57.071
TOTAL DO ATIVO		107.433	92.026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2021	2020
PASSIVO	Nota		
Circulante		41.296	37.484
Fornecedores	21	13.380	13.590
Folha de pagamento	22	368	323
Tributos e contribuições sociais	23	6.650	6.937
Empréstimos e financiamentos	24	3.773	3.398
Credores diversos	25	1.916	897
Passivos Financeiros Setoriais	26	2.532	2.318
Obrigações estimadas	27	910	829
Encargos do consumidor a recolher	28	8.891	4.845
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética	29	2.215	3.670
Outras contas a pagar	30	661	677
Não Circulante		14.771	10.519
Empréstimos e financiamentos	24	4.650	1.705
Provisões para contingências	32	2.435	2.435
Participação financeira do consumidor	33	7.686	6.379
Patrimônio líquido		51.366	44.023
Capital social	35.1	1.891	1.737
Reservas de capital	35.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	35.3	4.834	5.714
Reservas de sobras	35.4	8.945	8.032
Fundo de assistência técnica educacional e social	35.4	1.160	1.639
Reserva para geração de energia	35.4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	35.4	29.075	23.777
Fundo de expansão da sede social	35.4	244	371
Sobras a Disposição da AGO	35.4	3.196	732
TOTAL DO PASSIVO		107.433	92.026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2021	2020
Receita Operacional		143.326	118.532
Fornecimento de energia elétrica	36.1	57.759	41.220
Uso do sistema de distribuição	36.2	74.258	56.241
Fornecimento não Faturado	36.3	1.195	335
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	36.4	(14.390)	(1.138)
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos	36.5	(144)	122
Consumidores Livres	36.6	19.432	16.986
Doações, contribuições e subvenções	36.7	4.861	4.556
Serviços e outras receitas	36.8	355	210
(-) Deduções da receita operacional		52.479	42.377
ICMS	37.1	36.331	27.145
PIS-PASEP	37.1	173	135
COFINS	37.1	799	625
ISSQN	37.1	7	27
Encargos do consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	37.2	14.399	13.521
Receitas de Ultrapassagens	37.3	770	924
(=) Receita operacional líquida		90.847	76.155
(-) Custo do serviço de energia elétrica		93.025	84.731
Energia elétrica comprada para revenda	38	49.160	42.143
Encargo de uso do sistema de distribuição	39	16.947	16.425
Custo de operação		26.918	26.163
Pessoal e administradores	40	8.419	7.778
Material		1.471	1.761
Serviços de terceiros		2.898	2.750
Depreciação e amortização		3.644	3.430
Custo de construção		10.429	10.158
Provisões		57	286
(=) Sobra/Perda Bruta		(2.178)	(8.576)
(+) Receitas operacionais		13.802	12.605
Receitas operacionais		13.802	12.605
(-) Despesas operacionais		2.413	1.409
Outras despesas operacionais		2.413	1.409
(=) Resultado do serviço		9.211	2.620
(+/-) Receita (despesa) financeira		(183)	(336)
Receitas financeiras	41	1.904	1.562
Despesas financeiras	41	2.087	1.898
(=) Resultado operacional		9.028	2.284
(=) Sobras/Perdas antes da contr. social e imposto de renda		9.028	2.284
(-) Contribuição social		47	73
(-) Imposto de renda		116	179
(=) Sobras/Perda do exercício		8.865	2.032

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	120.036	22.521	142.557
Fornecimento Faturado	109.609	22.409	132.018
Fornecimento não Faturado	(604)	1.799	1.195
Receita de Ultrapassagens	(639)	(131)	(770)
Cosumidores Livres	19.432		19.432
Fornecimento - Demais Ativos	(120)	(24)	(144)
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	(11.947)	(2.443)	(14.390)
Serviços e outras receitas	257	98	355
Doações, Contribuições e Subvenções	4.048	813	4.861
(-) Deduções da receita operacional	42.721	8.988	51.709
ICMS	30.591	5.740	36.331
PIS-PASEP		173	173
COFINS		799	799
ISS	6	1	7
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	12.124	2.275	14.399
(=) Receita operacional líquida	77.315	13.533	90.848
(-) Custo do serviço de energia elétrica	78.124	14.902	93.026
Suprimento de energia Elétrica	55.458	10.650	66.108
Custo de operação	22.666	4.252	26.918
Pessoal e administradores (462 mil)	7.089	1.330	8.419
Material	1.239	232	1.471
Serviços de terceiros	2.440	458	2.898
Depreciação e amortização	3.069	575	3.644
Custo de Construção	8.781	1.648	10.429
Provisões	48	9	57
(=) Sobra Bruta	(809)	(1.369)	(2.178)
(+) Receitas operacionais	11.622	2.180	13.802
Receitas operacionais	11.622	2.180	13.802
(-) Despesas operacionais	2.032	381	2.413
Outras despesas operacionais	2.032	381	2.413
(=) Resultado do serviço	8.781	430	9.211
(+/-) Receita (despesa/financeira)	(154)	(29)	(183)
Receita financeira	1.603	301	1.904
Despesa financeira	1.757	330	2.087
(=) Resultado operacional	8.627	401	9.028
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	8.627	401	9.028
(-) Contribuição Social		47	47
(-) Imposto de renda		116	116
(=) Sobras do exercício	8.627	238	8.865

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**
CNPJ nº 83.647.990/0001-81**Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias**
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2021	2020
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	8.865	2.032
(+/-) Resultado Abrangentes	599	577
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	-	-
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Associados)	504	485
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Terceiros)	95	92
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	9.464	2.609
RESULTADOS COM TERCEIROS	333	517
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	238	425
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não Associados)	95	92
Base para Destinações Legais e Estatutárias	9.131	2.092
Fundo de Reserva - Art. 46, inc.a - Estatuto Social - 10%	913	209
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	457	105
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	4.566	1.046
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	333	517
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	3.196	732

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária									
	Capital Social	Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros					Saldo a disposição da AGO	Total
				Reserva de sobras	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos	Fundo de expansão da sede social		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.599	873	6.573	7.823	1.148	1.053	21.063	371	1.667	42.170
Capital Social										
Integralização das Sobras										-
Integralização de Quotas	146									146
Capital a Integralizar	(8)									(8)
Integralização de reservas/fundos										-
Realização de reservas/fundos			(859)			(36)			578	(317)
Aumento nas reservas							1.667		(1.667)	-
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									1.606	1.606
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)									426	426
Destinações legais						517			(517)	-
Destinações estatutárias:				209		105	1.047		(1.361)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial Regulatória										-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.737	873	5.714	8.032	1.148	1.639	23.777	371	732	44.023
Capital Social										
Integralização das Sobras										-
Integralização de Quotas	149									149
Capital a Integralizar	5									5
Integralização de reservas/fundos										-
Realização de reservas/fundos			(881)			(1.268)		(127)	599	(1.677)
Aumento nas reservas							732		(732)	-
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									8.865	8.865
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)										-
Destinações legais						332			(332)	-
Destinações estatutárias:				913		457	4.566		(5.936)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial Regulatória										-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.891	873	4.833	8.945	1.148	1.160	29.075	244	3.196	51.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2.021	2.020
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	8.865	2.032
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	(123)	125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(123)	125
Resultado Ajustado do Exercício	8.742	2.157
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(8.151)	(1.762)
Consumidores	(4.854)	(3.231)
Rendas a receber	117	(213)
Tributos a compensar	151	(346)
Outros créditos	(87)	(108)
Estoques	392	487
Premios de seguros	(15)	(8)
Serviço em curso	(323)	169
Subsídios tarifários e redução tarifária	(1.554)	125
Ativos financeiros setoriais	(1.983)	1.751
Depósitos judiciais	5	(46)
Tributos diferidos	-	(342)
Aumento(redução) no passivo circulante	4.744	6.864
Fornecedores	(210)	1.100
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	45	31
Tributos e contribuições sociais	(287)	3.208
Credores diversos	1.019	(532)
Obrigações estimadas	81	150
Encargos do consumidor a recolher	4.046	862
Outras contas a pagar	(16)	137
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(1.455)	(414)
Provisão para contingências	-	-
Participação financeira do consumidor	1.307	1.852
Passivos financeiros setoriais	214	470
Caixa oriundo das atividades operacionais	5.335	7.259
Atividades de investimento		
Aumento (Redução) nos investimentos	(1)	(3)
Ativo indenizável (concessão)	(1.877)	(436)
Aplicações no intangível	(3.823)	(5.026)
Total das atividades de Investimento	(5.701)	(5.465)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	154	138
Reservas de capital		
Realização ou avaliação patrimonial (regulatória)	(409)	(281)
Redução da reserva de fatos	(1.268)	(36)
Empréstimos e financiamentos	3.321	(2.564)
Total das atividades de Financiamento	1.798	(2.743)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	1.432	(949)
Saldo inicial de caixa	3.572	4.521
Saldo final de caixa	5.004	3.572
Variação no caixa e equivalentes de caixa	1.432	(949)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONAD - DVA

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Valor Adicionado - DVA - dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2021	2020
Receitas	156.301	129.927
Venda de energia e serviços	63.996	57.403
Uso do sistema de distribuição	74.258	56.241
Receita de construção	10.429	10.158
Locação de postes	3.024	1.789
Doações, Contribuições e Subvenções	4.861	4.556
Serviços e outras receitas	704	868
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos	(144)	122
Receitas de ultrapassagens	(770)	(924)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(57)	(286)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	83.318	74.646
Insumos consumidos	66.107	58.568
Serviços de terceiros	2.898	2.750
Materiais	1.471	1.761
Custo de construção	10.429	10.158
Outros	2.413	1.409
(=) Valor adicionado bruto	72.983	55.281
(-) Quotas de reintegração	3.644	3.430
Depreciação, amortização e exaustão	3.644	3.430
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	69.339	51.851
(+) Valor adicionado recebido em transferência	1.904	1.562
Receitas financeiras	1.904	1.562
(=) Valor adicionado total a distribuir	71.243	53.413
Distribuição do valor adicionado	71.243	53.413
Pessoal	7.337	6.777
Remuneração direta	5.459	5.095
Auxílio alimentação	682	556
Assistência médica/Plano de saúde	305	245
Encargos sociais exceto INSS	782	784
Outros	109	97
Governo	52.954	42.706
Federais	16.616	15.534
INSS (Folha de pagamento)	1.082	1.001
Imposto de renda e Contribuição social	163	252
PIS/COFINS	972	760
Encargos do consumidor	14.399	13.521
Estaduais	36.331	27.145
ICMS	36.331	27.145
Municipais	7	27
ISSQN	7	27
Remuneração de capital de terceiros	2.087	1.898
Outras despesas financeiras	2.087	1.898
Remuneração de capitais próprios	8.865	2.032
Sobras/Perdas do exercício	8.865	2.032
Valor adicionado (médio) por empregado	648	529

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de
2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2045, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna todos do estado de Santa Catarina, atendendo a 41.652 consumidores cativos e 08 consumidores parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa e ativos e passivos financeiros setoriais (CVA, neutralidades e outros). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Concessionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Concessionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Concessionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Concessionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Concessionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Concessionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Concessionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Concessionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A concessionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa, depósitos bancários a vista e numerários em trânsito, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados

pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros débitos.

DERIVATIVOS: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Concessionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e numerários em trânsito.

C) CONSUMIDORES A RECEBER

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) SUBVENÇÃO CDE – DESCONTOS TARIFÁRIOS

Nos termos do inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002, e conforme dispõe o Decreto nº 7.891/2013, a CDE, além de suas demais finalidades, deve custear descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

E, conforme o artigo 3º do Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.022/2017, o Gestor da CDE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, deve repassar o montante mensal de recursos da CDE a cada distribuidora visando

custear os referidos descontos tarifários retirados da estrutura tarifária. Para definição dos valores mensais dos subsídios a serem repassados, a SGT deve utilizar o mercado considerado no período de referência deste processo tarifário.

A tabela a seguir (Tab. 07 da REH nº 2.922/2021 ANEEL 24/08/2021) apresenta o valor mensal a ser repassado pela CCEE à distribuidora no período de competência de agosto/2021 a julho/2022, até o 10º dia útil do mês subsequente. Esse valor contempla também o ajuste entre os valores homologados no processo tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata esta resolução.

TABELA 7 – VALOR MENSAL DA SUBVENÇÃO DA CDE PARA CUSTEAR DESCONTOS TARIFÁRIOS (Cooperlândia).

DESCRIÇÃO	AJUSTE (R\$)	PREVISÃO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
SUBSÍDIO CARGA FONTE INCENTIVADA	101.427,81	353.245,13	454.672,94
SUBSÍDIO ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO	(201,48)	6.458,15	6.256,67
SUBSÍDIO RURAL	2.072,68	68.775,26	70.847,94
SUBSÍDIO IRRIGANTE/AQUICULTOR	22,33	652,72	675,05
TOTAL	103.321,34	429.131,26	532.452,60

E) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

F) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

G) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (REGULATÓRIOS)

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de

registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis societárias das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperalliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “16” e “26” respectivamente, a partir desta data.

No período de 2021 foram homologados os seguintes valores de componentes financeiros conforme homologado no reajuste tarifário. (*Tab. 14 da NT nº 188/2021-SGT/ANEEL 18/08/2021*)

Tabela 14 - Componentes Financeiros

Componentes Financeiros	Valor (R\$)	Participação
CVA em processamento - Energia	673.902	0,7%
CVA em processamento - Encargos Setoriais	1.420.248	1,4%
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes	(41.765)	0,0%
Neutralidade de Parcela A- Energia	98.002	0,1%
Neutralidade de Parcela A - Transporte	750.394	0,8%
Neutralidade de Parcela A - Encargos Setoriais	(1.001.447)	-1,0%
Neutralidade de Parcela A - Receita Irrecuperável	1.417	0,0%
Previsão de Risco Hidrológico	1.962.220	2,0%
Ajuste CUSD	(94.162)	-0,1%
Total	3.768.808	3,77%

H) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1º/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

I) CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como

Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2017/2018, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento de valores positivos no ativo imobilizado e respectivamente na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

No período de 2021 houveram apenas as realizações de baixas, alienações ou amortização.

J) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

K) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

As obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações

e participação em investimentos realizados em parceria com a concessionária, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste conta, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, em subconta específica que será amortizada a partir do próximo ciclo de revisão tarifária de sua constituição e com as taxas de amortização de acordo com o item 6.3.14 - Obrigações Vinculadas à Concessão.

L) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela, vermelha e Escassez Hidrica indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01343 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04169 para cada quilowatt-hora kWh consumido;

- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06243 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

- Bandeira Escassez Hidrica: foi criada para custear a geração de energia em condições adversas. Por conta do nível baixo dos reservatórios, é necessário acionar as termelétricas, as quais têm um custo mais alto, pois utilizam combustíveis fósseis no processo de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,1420 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

M) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

N) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

O) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário disponível	2021	2020
Caixa	9	6
Bancos	861	2.465
TOTAL	870	2.471

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2021	2020
Numerário	224	174
TOTAL	224	174

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2021	2020
Bradesco S/A	CDB	diário	5% CDI	110	15
Banco do Brasil	BB Renda	diário	Renda Fixa	1.799	200
Caixa Econômica Federal	Fundo Invest.	diário	Renda Fixa	304	216
Banco Itaú	Apic. Aut	diário	Variável	1.572	462
Banco Santander	FIC Curto Prazo	Diário	Variável	13	12
Banco Safra S/A	Vinculada	Diário	5% CDI	112	22
TOTAL				3.910	927

7) CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2021	2020
Faturados	41.660	40.578
TOTAL	41.660	40.578

a) Composições das contas a receber

Legislação societária								
Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2021	2020	2021	2020
Residencial	4.210	1.353	694	6.257	(705)	(718)	5.552	4.253
Industrial	3.253	228	2.144	5.625	(2.299)	(2.288)	3.326	3.050
Comercial	4.325	647	548	5.520	(517)	(691)	5.003	3.213
Rural	1.028	236	93	1.357	(88)	(86)	1.269	937
Poder público	80	-	7	87	(7)	(7)	80	77
Iluminação pública	548	60	137	745	(137)	(137)	608	586
Serviço público	214	-	-	214	-	-	214	157
Renda não faturada	4.330	-	-	4.330	-	-	4.330	3.135
Subtotal - consumidores	17.988	2.524	3.623	24.135	(3.753)	(3.927)	20.382	15.408
Serviço taxado	23	27	39	89	(35)	(33)	54	47

Participação financeira	-	-	4	4	(4)	(4)	-	-
Parcelamentos	229	332	849	1.410	(447)	(400)	963	1.090
Encargo de capacidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Desconto TUSD cons. Livre	2.879	-	-	2.879	-	-	2.879	2.754
TOTAL - CIRCULANTE	21.119	2.883	4.515	28.517	(4.239)	(4.364)	24.278	19.299
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	1.406	1.406	-	-	-	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	1.406	1.406	-	-	1.406	1.406

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina o Manual de contabilidade de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 criou a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), por meio dela, são concedidos descontos para os consumidores enquadrados na Subclasse residencial baixa renda.

A Lei 12.212 de 20 janeiro de 2010 e o Decreto nº7.583, de 13 de outubro de 201, regulamentam esse benefício.

8) RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária
--	------------------------------

Outras Rendas	2021	2020
Multas p/ atraso	171	135
Tarifa de correio	8	9
Juros de mora	97	118
Custo Administrativo	34	32
Atualização monetária	80	199
Renda de serviço de arrecadação	7	21
TOTAL	397	514

9) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2021	2020
ICMS sobre o ativo imobilizado	198	149
ICMS (faturas canceladas)	8	15
COFINS	1	-
Saldo negativo de CSLL	71	135
IRRF	103	100
Saldo negativo de IRPJ	96	262
TOTAL	477	661

Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2021	2020
ICMS sobre ativo imobilizado	334	301
TOTAL	334	301

10) OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária

	2021	2020
Empregados	27	44
Serviços prestados a terceiros	93	93
Equipamentos em poder de terceiros	158	342
Equipamentos em poder de terceiros em nosso poder	6	6
Parcelamento	404	390
Cheques em cobrança	79	79
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	662	487
Cheques sem Custódia	8	8
Desativações em Curso	211	218
Outros	33	33
TOTAL	1.681	1.700

b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2021	2020
Consórcio Nacional Volkswagen	232	130
Empregados	41	37
TOTAL	273	167

11) DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

	Legislação Societária	
	2021	2020
Subsídios tarifários e redução da tarifária	567	321
Exposição Involuntária, ESS/ Risco Hidrológico	1.308	-
TOTAL	1.875	321

- **Subsidio – Eletrobrás - CDE** – São Valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13 inciso

VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. E também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Conforme previsto no Art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013 e em cumprimento ao disposto o Art. 3º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Valores Estes homologados na resolução homologatória nº 2.764, de 27 de agosto de 2019, e nota técnica nº 165/2020 – SGT/ANEEL.

- Risco Hidrológico - As usinas hidrelétricas sofrem impactos diretos na geração de energia em função das alterações nas condições climáticas (baixo volume de chuvas). Este problema traz como consequência a queda na geração.

A relação de geração de energia das usinas que compõem o MRE e suas garantias físicas é denominado de Risco Hidrológico ou GSF. Parte dos custos relativos ao Risco Hidrológico são repassados aos consumidores por meio das tarifas de energia elétrica.

12) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2021	2020
Provisão PCLD – Fornecimento	3.753	3.927
Provisão PCLD – Serviços Cobráveis	35	33
Provisão PCLD – Participação Financeira Cons.	4	4
Provisão PCLD – Parcelamento	447	400
Provisão PCLD – outros Créditos	564	565
Provisão PCLD – rendas a receber	246	243
TOTAL	5.049	5.172

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – despacho nº. 2.904, de 17 de setembro de 2021, item 6.3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

13)ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2021	2020
Almoxarifado de serviço	53	277
Almoxarifado Sucata	100	81
Adiantamento Eletrobrás - PROINFA	63	171
Adiantamento a fornecedores	120	199
TOTAL	336	728

14)SERVIÇOS EM CURSO

Serviços prestados a terceiros	Legislação Societária	
	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	778	648
Programa de Eficiência Energética – PEE	1.056	862
Serviços de Manutenção em Linhas e Redes	-	1
TOTAL	1.834	1.511

15)DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2021	2020
Seguros de veículos	25	10
TOTAL	25	10

16) ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2021	2020

CVA-CDE	718	970
CVA-PROINFA	229	-
CVA-Compra de Energia	1.894	50
Neutralidade da Parcela A	565	403
TOTAL	3.406	1.423

17)TRIBUTOS DIFERIDOS

	Legislação Societária	
	2021	2020
Prejuízo Fiscal – IRPJ/CSLL	342	342
TOTAL	342	342

18)DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2021	2020
Trabalhistas	74	79
TOTAL	74	79

19)INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2021	2020
Credija – Sicoob – SC	12	12
Unicred	5	5
Acicred	47	45
Cresdisulca	3	4
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	141
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859

	Legislação societária	
	2021	2020
Maquinas e Equipamentos	16	16
TOTAL	2.153	2.152

20) IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte forma:

	Legislação Societária			
	2020	Adição / Depreciação	Baixas	2021
Imobilizado				
Outros	18	-	-	18
Edificações	3.886	-	-	3.886
Intangíveis	1.452	3	-	1.455
Licenças e softwares	-	-	-	-
Maquinas e equipamentos	94.161	12.251	(2.390)	104.022
Moveis e utensílios	716	3	-	719
Servidões	-	-	-	-
Sistemas e outros	-	-	-	-
Terrenos	2.509	-	-	2.509
Veículos	1.373	376	(33)	1.716
Imobilizado Total	104.116	12.633	(2.423)	114.325
Depreciação				
Outros	-	-	-	-
Edificações	(3.087)	(130)	-	(3.217)
Licenças e softwares	(419)	(4)	-	(424)
Maquinas e equipamentos	(46.280)	(3.448)	1.287	(48.441)
Moveis e utensílios	(554)	(30)	-	(584)
Veículos	(889)	(145)	19	(1.016)
Depreciação Total	(51.230)	(3.758)	1.306	(53.682)
Contas em Curso	5.762	-	(2.058)	3.704
Contas em Curso Total	5.762	-	(2.058)	3.704
Total	58.648	8.875	(3.176)	64.348

	Legislação Societária	
	2021	2020
Ativo Indenizável (Concessão)	3.454	1.577
Intangível	60.894	57.071
Total	64.348	58.648
Ativo imobilizado (Regulatório)	64.348	58.648

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a

possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

21) FORNECEDORES

a) circulante

	Legislação societária	
	2021	2020
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	10.941	10.783
Materiais e serviços	2.439	2.807
TOTAL	13.380	13.590

22) FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2021	2020
Diretores	15	13
Empregados	263	237
Pensões Judiciais descontadas	2	1

Sindicato	3	3
Convênios/repasses descontados dos funcionários	85	69
TOTAL	368	323

23) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2021	2020
Circulante		
ICMS normal	3.217	2.751
ICMS parcelamentos	2.835	3.722
Imposto de renda	43	40
PIS a recolher	16	13
COFINS a recolher	75	59
ISS – Imposto Sobre Serviço	78	32
INSS empresa	95	99
INSS autônomos	6	2
FGTS	63	55
INSS prestadores de serviços	27	25
PIS	8	7
Contribuição social	5	11
Contribuição Social - Empregados	91	45
Imposto de Renda - Empregados	87	72
Contribuição Social – Diretor	4	4
TOTAL	6.650	6.937

24) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. CIRCULANTE

	Legislação Societária
--	-----------------------

Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2021	2020
Banco do Brasil S/A	342.202.031	1	3,95 a.a+CDI	30/08/2024	765	-
Banco Reg. Desenv. Ext. -BRDE – w2	SC-45.669	3	6,25 a.a	15/12/2032	2.073	75
Banco Safra	002109705	2	1,15% a.m + CDI	02/03/2022	205	1.117
Banco Itaú (W1)	54672255-4	2	4,184 % a.m + CDI	25/04/2022	730	2.206
TOTAL					3.773	3.398

b. NÃO CIRCULANTE

					Legislação Societária	
NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2021	2020
Banco do Brasil S/A	342.202.031	1	3,95 a.a+CDI	30/08/2024	1.736	-
Banco Safra	002109705	2	1,15% a.m + CDI	02/03/2022	-	201
Banco Itaú	54672255-4	2	4,184 % a.m + CDI	25/04/2022	-	578
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	SC-45.669	3	6,25 a.a	15/12/2032	2.914	926
TOTAL					4.650	1.705

GARANTIAS

1 – Cessão de Direitos Creditorios

2 – Aval

3 – Alienação fiduciária

4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

25) CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2021	2020
Consumidores	1.192	420
Créditos de ICMS	481	59
Recuperação Judicial	79	70
Outros créditos	164	348
TOTAL	1.916	897

26) PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2021	2020
CVA-Compra de Energia	9	-
CVA-CDE	377	-
CVA-Proinfa	-	393
Saldo a Compensar CVA	39	140
Passivo Regulatório	1.376	1.376
Neutralidade da Parcela A	668	360
Ajuste do CUSD	63	49

TOTAL	2.532	2.318
--------------	--------------	--------------

27) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2021	2020
Férias	662	603
INSS	181	161
FGTS	53	48
PIS	7	6
FAT	7	11
TOTAL	910	829

28) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Legislação Societária	
	2021	2020
PROINFA	-	384
Repasse à conta CCBRT – bandeiras	6.798	2.740
Encargos CCEE	377	377
Encargos tarifários	7	7
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.699	1.328
Taxa de Fiscalização	10	9
TOTAL	8.891	4.845

29) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2021	2020
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	38	32
Pesquisa e desenvolvimento – MME	20	16
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa		

	1.005	1.228
Programa de Eficiência Energética	1.152	2.394
TOTAL	2.215	3.670

30) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2021	2020
Convênios	36	33
Cosip	615	634
Outras	10	10
TOTAL	661	677

31) CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

32) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contingência	Valor da Provisão		2021	Valor da Provisão		2020
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Cofins	-	1.064	-		1.064	-

Pis	-	231	-		231	-
Subtotal	-	1.295	-		1.295	-
	Valor da Provisão		2021	Valor da Provisão		2020
Contingência	No Exercício	Acumula da	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Ações	-	373	33		373	33
Subtotal	-	373	33		373	33
Regulatórias						-
Outras	-	767	-		767	-
Subtotal	-	767	33		767	-
TOTAL	-	2.435	33		2.435	33

a. Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

b. Trabalhistas

Encontra-se em andamento reclamatórias cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçadas pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 1.143 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 373 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

C. Regulatórias

Também foram provisionados valores referente compra de energia não faturados pela Supridora (Celesc). De acordo com a legislação vigente a Administração da Concessionária entende que o montante da dívida pode chegar a R\$ 766 mil reais".

33) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifaria da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

			Legislação Societária	
Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2021	2020
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	2.452	(268)	2.184	1.619

Ajuste de avaliação patrimonial	139	(53)	86	91
Programa de Eficiência Energética	54	(20)	34	36
Pesquisa e Desenvolvimento	531	(162)	369	390
Ultrapassagens de Demanda e Reativo	5.013	-	5.013	4.243
TOTAL	8.189	(503)	7.686	6.379

34) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2021, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores		
(+)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Associados)		504
(+)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Terceiros)		95
(+)Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	-	-
(+)Sobras líquidas do exercício		8.865
(=)Total das sobras/perdas		9.464
(-)Resultado com não Associados (Terceiros)		238
(-)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Terceiros)		95
(=) Base para Destinações Legais e Estatutárias		9.131
Fundo de reserva legal	10%	913
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	456

Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	4.566
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	332
Total das destinações estatutárias		5.935
Sobras à disposição da AGO		3.196

35) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

35.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.891, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2021	2020
Capital Subscrito	1.978	1.829
(-) Capital a Integralizar	(87)	(92)
TOTAL	1.891	1.737

35.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2021	2020
Correção monetária complementar	873	873
TOTAL	873	873

35.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária

	2021	2020
Ajuste de avaliação patrimonial	4.834	5.714
TOTAL	4.834	5.714

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

Saldo Anterior	5.714
Bens baixados no período	(281)
Constituição do AVP	-
Realização do AVP	(599)
Saldo Final	4.834

35.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2021	2020
Reserva legal	8.945	8.032
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	1.160	1.639
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	29.075	23.777
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	244	371
Sobras à disposição da A.G.O	3.196	732
TOTAL	43.768	35.699

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a

universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 18 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral”**.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

36) RECEITA OPERACIONAL

36.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Consumidores						
Residencial	35.728	34.770	71.229	68.388	20.544	15.022
Industrial	194	196	92.131	83.890	14.068	11.373
Comercial	2.990	2.829	52.237	43.790	15.747	10.041
Rural	2.508	2.526	12.222	11.841	3.319	2.172
Poder público	197	214	1.794	1.409	660	331
Iluminação pública	04	04	12.149	11.931	2.561	1.659

Serviço público	34	34	2.602	2.716	860	622
Consumo próprio	05	05	116	130	-	-
TOTAL	41.660	40.578	244.480	224.095	57.759	41.220

36.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2021	2020
Residencial	30.066	24.634
Industrial	15.956	11.134
Comercial	18.467	12.932
Rural	4.687	3.508
Poder público	742	546
Iluminação pública	3.374	2.665
Serviço público	966	822
TOTAL	74.258	56.241

36.3 Fornecimento não Faturado

	Legislação Societária	
	2021	2020
Fornecimento Não Faturado	1.195	335
TOTAL	1.195	335

36.4 Fornecimento – Diferimento ou Devolução

	Legislação Societária	
	2021	2020
Repasse à Conta CCBRT	(14.377)	(1.080)
Ajuste CUSD	(13)	(58)

TOTAL	(14.390)	(1.138)
--------------	-----------------	----------------

36.5 Fornecimento – Demais Ativos e Passivos

	Legislação Societária	
	2021	2020
Neutralidade (Constituição)	98	-
Neutralidade (Amortização)	(242)	(122)
TOTAL	(144)	(122)

36.6 Consumidores Livres

	Legislação Societária	
	2021	2020
Industrial	19.432	16.992
TOTAL	19.432	16.992

36.7 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2021	2020
Doações, contribuições e subvenções	4.861	4.556
TOTAL	4.861	4.556

36.8 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2021	2020
Serviços Cobráveis	355	204
TOTAL	355	204

37) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.

37.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2021	2020
ICMS	36.331	27.145
PIS-PASEP	173	135
COFINS	799	625
ISSQN	7	27
TOTAL	37.310	27.932

37.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2021	2020
Programa de Eficiência Energética - PEE	473	386
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.303	12.498
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	473	386
Taxa de fiscalização	118	111
Saldo a Compensar CVA	32	140
TOTAL	14.399	13.521

37.3 Receitas de Ultrapassagens

	Legislação Societária	
	2021	2020
Ultrapassagem de Demanda	255	416

Ultrapassagem de Reativos	515	508
TOTAL	770	924

38) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação Societária	
	2021	2020	2021	2020
Celesc Distribuição S/A	261,60	244,60	49.160	42.143

39) ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

	Legislação Societária	
	2021	2020
Encargo do Uso de Sistema de Distribuição	16.947	16.425
TOTAL	16.947	16.425

40) DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2021	2020
Remunerações (incluídos diretores R\$ 485)	5.960	5.533
Encargos sociais	2.151	2.109
Auxílio alimentação	910	743
Convênio assistencial e outros benefícios	407	328
Roupas profissionais	74	17
Seguros	24	20

Auxilio Transporte	6	67
Capacitação e treinamento	42	25
Provisões	1.507	1.404
(-) Transferência para ordens em curso	(2.662)	(2.468)
TOTAL	8.419	7.778

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoesusc no valor total de R\$ 485 mil.

41) RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2021	2020
Receitas financeiras	1.904	1.562
(-) Despesas financeiras	(2.087)	(1.898)
TOTAL	(183)	(336)

Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2021	2020
Receitas de aplicações financeiras	27	9
Encargos financeiros sobre energia	985	858
Outras – Receitas financeiras	222	79
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	166	102
Descontos Obtidos	-	1
Multas e Acréscimos Moratório	1	-
Atualização Monetária	503	513
TOTAL	1.904	1.562

	Legislação Societária
--	-----------------------

Despesas financeiras	2021	2020
Juros IOF	177	34
Outras despesas	38	26
Juros ICMS	631	272
Multa indicadores de continuidade	24	12
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	14	18
Multas moratórias	-	49
Atualização Monetária	1	-
Juros Fornecedores	337	791
Juros sobre financiamentos	809	605
Despesas SELIC P&D e PEE	56	56
Multas – IR/CSLL	-	35
TOTAL	2.087	1.898

42) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2021	2020
Associados	120.034	98.934
Não associados	22.522	18.674
TOTAL DA RECEITA	142.556	117.608

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Em 2021 o resultado com terceiros (não associados) foi positivo em R\$ 238 mil tivemos R\$ 47 mil de contribuição social e R\$ 116 mil de imposto de renda.

43) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

44) PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Caixa seguro de vida.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Alelo Cartões no valor de R\$730,00 (setecentos e trinta reais).

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ErgoMedicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

45) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

46) SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	05/01/2021 a 05/01/22 12/01/2021 a 12/01/2022	1.853

47) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

48) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Revisão Tarifaria Agosto/2022



Reginaldo de Jesus
Presidente



Anselmo Freitas
Secretário



Daniel Zanolli Vieira
CRCSC.030661/O-7